

COLONIZAÇÃO DA AMAZÔNIA: MIGRAÇÃO DE NORDESTINOS PARA UMA FRENTE AGRÍCOLA NO PARÁ

Donald R. Sawyer()*

Resumo: O artigo analisa, dentro de uma perspectiva histórica ampla, uma forma de ocupação iniciada por pequenos produtores de mercadoria na zona Bragantina do Pará. Esta frente camponesa vai-se expandir, em períodos mais recentes, ocupando outras áreas, principalmente a Guajará. Tal expansão ocorre dentro de um contexto de pressões econômicas e demográficas através da migração de fluxos originários do Nordeste, especialmente do Ceará. A área escolhida para um maior aprofundamento das relações entre campesinato e formas capitalistas de ocupação, iniciadas na Amazônia nas últimas décadas, é o município de Capitão Poço, onde as relações de complementaridade e antagonismos entre a expansão do capitalismo e a "expansão do pré-capitalismo" tornam-se mais evidentes. Após um relato histórico da ocupação inicial da área estudada, analisam-se alguns aspectos da produção agrícola dos colonos voltada para a subsistência e também da produção mercantil da malva e outros produtos, que formam uma ligação direta entre o campesinato e o capital urbano industrial. Analisa-se o papel do Estado na distribuição de lotes aos colonos e as relações do campesinato com a economia extralocal, destacando-se alguns aspectos de funcionalidade entre a economia interna de Capitão Poço e o capital industrial. O Sucesso da colonização de Capitão Poço, que não exigiu onerosas despesas do setor público, desmitifica alguns preconceitos comumente observados em análises do campesinato da Amazônia, tais como: a pequena agricultura é voltada para a subsistência e, portanto, não produz para o mercado; pequeno produtor é refratário a inovações; pequeno produtor é predatório do ponto de vista ecológico. Nas considerações finais, tendo-se por base o sucesso da colonização de Capitão Poço, apontam-se algumas linhas de atuação em termos de políticas ou de pesquisas, através das quais se possam estabelecer novas alternativas para a pequena produção agrícola na Amazônia.

(*) O autor integra a equipe técnica do CEDPLAR/UFMG.

O debate que atualmente se trava em torno da ocupação da Amazônia enseja uma revisão da experiência histórica da colonização na região, que é muito mais ampla do que os casos mais conhecidos dos projetos do INCRA na Transamazônica ou projetos particulares no norte de Mato Grosso.¹ A partir do conhecimento parcial de alguns poucos casos, ou desconhecimento geral, tem-se formado uma série de imagens, preconceitos, ou até mesmo mitos, que se manipulam para justificar a adoção ou abandono de determinadas políticas. Entre outras, podemos mencionar as noções de que: 1) a pequena agricultura é voltada para subsistência, produzindo pouco ou nada para o mercado; 2) o pequeno produtor é predatório ecologicamente; 3) o pequeno agricultor tradicional não está aberto à inovação; 4) a colonização é, necessariamente, muito dispendiosa. Quando não generalizados a todos os pequenos produtores, estes estereótipos são aplicados, em particular, aos migrantes nordestinos, que, conseqüentemente, podem ser alijados dos programas de colonização existentes.²

A história não justifica estas generalizações. A revisão conscienciosa da experiência acumulada mostra que o fracasso da maioria das tentativas deve-se a outras causas. Pode-se até mesmo dizer que, em alguns casos, é a vítima que leva a culpa.³ Estuda-se aqui um dos casos de colonização bem sucedida, que, além de desmentir os preconceitos acima mencionados, sugere condições em que se pode procurar alternativas para ocupação da Amazônia, que não sejam, necessariamente, projetos de colonização dirigida.

1 — Aspectos Históricos da Ocupação da Amazônia

Dentro de uma perspectiva histórica ampla, pode-se observar que a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia têm-se processado não só pela expansão do capitalismo, como também pelo que se poderia chamar “expansão do pré-capitalismo”. Esta englobaria o aldeamento dos indígenas, a formação de um campesinato de subsistência (o caboclo amazônico), a expansão da pequena produção mercantil na agricultura e a ocupação de novas terras por posseiros. Cada um desses movimentos, que poderíamos chamar de “menores”, coloca-se como antítese de outro movimento “maior” que, até recentemente também se manifestava sob formas de produção pré-capitalista, embora mais diretamente ligadas à expansão capitalista a nível nacional e mundial. Esses movimentos “maiores” podem ser resumidos esquematicamente como a escravidão indígena (até 1750), a escravidão africana (1750-1850), o aviamento (1850-1930) e a empresa capitalista propriamente dita (1930 até hoje).⁴ De modo geral, cada movimento “maior” representa uma nova síntese do re-

gime de trabalho anterior e mão-de-obra de outra fonte, via de regra extra-regional, com as adaptações devidas e necessárias. Cada movimento “menor”, sempre de alguma forma antagônico com o respectivo movimento “maior”, coloca-se como alternativa para a população não-engajada na economia predominante, orientada para fora. Tal é a dialética do desenvolvimento (e subdesenvolvimento) da Amazônia.

Cada movimento, “maior” ou “menor”, cria suas próprias frentes de expansão ou “fronteiras”, de acordo com suas possibilidades e necessidades de ocupação do espaço. Essas fronteiras se têm caracterizado por diversos autores pela estruturação das relações sociais, ou pela atividade econômica principal. No primeiro caso, existe uma distinção entre a “frente de expansão”, que corresponde, essencialmente, à frente demográfica, onde a terra é simplesmente ocupada e o excedente eventualmente comercializado, e a “frente pioneira”, que representa a instalação da frente econômica capitalista, principalmente pela transformação da terra em mercadoria.⁵ No segundo caso, as diversas frentes se têm caracterizado como pastoris, extrativistas ou agrícolas.⁶ É difícil aplicar-se o primeiro esquema em muitas partes da Amazônia, porque o caráter dispersivo e instável do extrativismo levou a avanços e retrações em áreas não contíguas e porque, em anos recentes, grandes empresas capitalistas, com incentivos oficiais, têm adquirido vastas extensões de terra antes de sua ocupação demográfica. O segundo esquema pouco diz sobre organização econômica, por exemplo, se o extrativista é um coletor individual ou uma empresa multinacional. Poderia ser mais útil uma nova tipologia, construída a partir da conjugação da organização econômica e da atividade. Teríamos, por exemplo, a frente extrativista do grande avião exportador (borracha, castanha), a frente de pequena mineração (garimpo), a frente camponesa de subsistência (caboclo), ou a frente camponesa mercantil (pequena produção agrícola para o mercado).⁷

Focaliza-se aqui a frente camponesa mercantil que se estabeleceu no nordeste do Pará há aproximadamente um século e expandiu-se em décadas recentes em direção ao leste e sul, saindo da Região Bragantina, ocupando outras, principalmente a Guajará.⁸ Esta colonização, além de ser historicamente muito importante, guarda relações complexas com o capitalismo e reflete algumas das condições que, provavelmente, tenderão a se estender ao restante da Amazônia no futuro: maior integração com os mercados regionais e extra-regionais, melhor acesso, migração de nordestinos com pouca ou nenhuma terra, etc.⁹ Tendo em vista que a histórica da ocupação da Bragantina, onde a estrada de ferro Belém—Bragança e diversas tentativas de colonização oficial tiveram papel importante, já é relativamente conhecida; daremos mais atenção

à colonização da Guajarina, reportando-nos apenas a alguns aspectos da colonização da Bragantina¹⁰

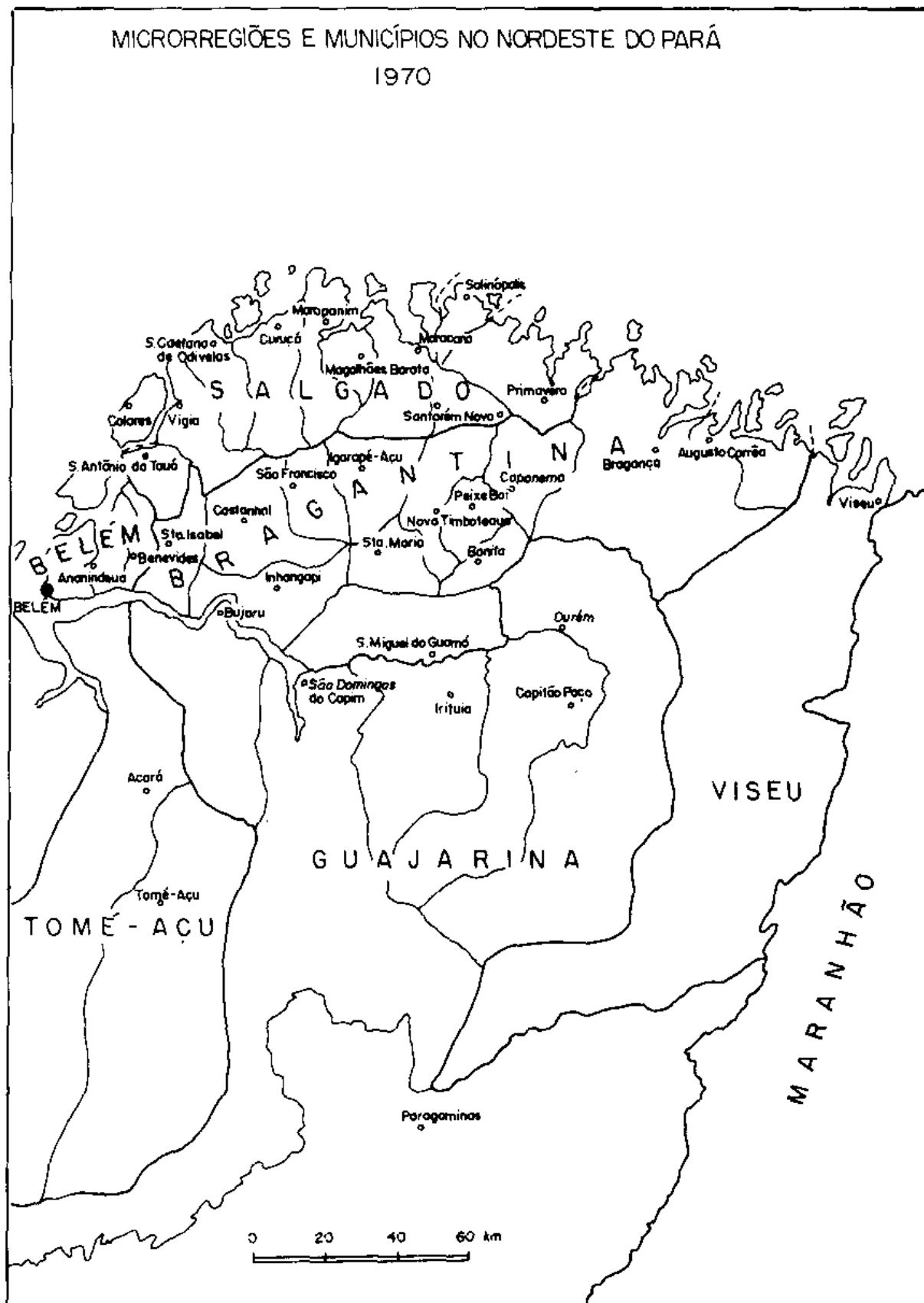
Cabe esclarecer que, guardadas as devidas diferenças, não se pretende considerar a colonização da Guajarina “bem sucedida” em contraposição a uma “fracassada” colonização na Bragantina. O ponto de vista convencional julga que esta última, empreendida na época áurea da borracha, fracassou devido entre outros motivos ao irrealismo dos planos, má administração, tradicionalismo dos colonos nordestinos e problemas ecológicos¹¹. Entretanto, devemos lembrar que, apesar de tudo, a Bragantina continua representando a maior concentração de população rural da Amazônia e que teve, e ainda tem, papel fundamental no abastecimento de Belém. Em que pese a um esvaziamento parcial, após a derrocada da borracha, a região não foi despovoada ou transformada em deserto. De fato, houve certa consolidação de uma economia camponesa. Os problemas que limitaram seu desenvolvimento não eram apenas de natureza *técnica*, como também *social*: preços aviltados dos produtos agrícolas, preços elevados ao consumidor rural, exploração por intermediários, concentração crescente da propriedade, acesso mais restrito à terra, etc. Assim, as pressões geradas no sentido de estimular a emigração — de volta às áreas de origem, para as cidades ou para novas fronteiras — não eram apenas populacionais¹².

2 — Expansão de Frentes Camponesas para Além de Bragantina

A continuidade das tendências anteriores, reforçadas pela integração cada vez maior da Amazônia na economia nacional depois da Segunda Guerra Mundial, gerou repercussões que levaram à expansão do campesinato da Bragantina a regiões vizinhas. Houve crescimento rápido de mercados, ampliação da rede viária e distribuição de terra, bem como uma série de mudanças menos visíveis, criando-se condições favoráveis à expansão de frentes camponesas.

2.1 — Condições Favoráveis à Expansão

Antes de se examinarem as condições que geraram esse processo, cabe fazer alguns comentários de cunho metodológico. Em primeiro lugar, condições como mercados, estradas, e distribuição de terras são simplesmente as mais fáceis de se observar. Existem outros aspectos importantes difíceis de se perceber através de dados secundários, tais como crédito formal e informal,



acesso à terra fora dos projetos oficiais de colonização e o papel da política eleitoral na fundação de novas colônias. Em segundo lugar, não se deve supor que as condições sejam sempre anteriores à colonização, tendo em vista que a própria colonização estimula iniciativas tais como distribuição de terras, construção de estradas e instalação de novas fábricas. Terceiro, esta análise não pretende sugerir que as condições mencionadas sejam propícias apenas para a agricultura camponesa, dado que tais condições geralmente favorecem à agricultura capitalista também.

Uma mudança especialmente visível no pós-guerra foi o crescimento de Belém, cuja população aumentou de 164.673 em 1940 para 225.218 em 1950 e 377.777 em 1960. Durante a guerra, a cidade constituiu-se uma base para programas de extração da borracha e manobras militares dos aliados no Atlântico Sul e na África. Manteve seu papel como cidade "porteira", quando o comércio de castanha do Pará, juta, pimenta do reino e diversas drogas do sertão expandiu-se no pós-guerra. Enquanto a rodovia Belém-Brasília, terminada em 1960, causou alguns efeitos negativos sobre a indústria local, por outro lado, não diminuiu a importância de Belém como centro comercial da região Amazônica. Entre as indústrias que apareceram, incluem-se as que se baseiam no beneficiamento de produtos regionais (castanha do Pará, fibras, madeira, palmito, óleos vegetais, etc.), as quais têm vantagens locacionais na proximidade da fonte de matérias-primas, bem como indústrias localizadas perto do mercado local (cervejarias, padarias, cerâmicas e olarias, gráficas, laticínios, perfumaria, etc.)¹³. A cidade também expandiu suas funções administrativas, as quais se multiplicaram devido ao crescimento geral da burocracia brasileira, assim como programas federais específicos para desenvolvimento da região Amazônica (SPVEA, Banco de Crédito da Amazônia, SUDAM, BASA, IPEAN, etc.). As funções comerciais, industriais e político-administrativas que deram a Belém a maior concentração de emprego e serviços urbanos na Região Norte também atraíram milhares de migrantes do interior. Dos 377.777 habitantes da área urbana de Belém em 1960, 79.538, ou seja, 21,1%, nasceram em outros municípios¹⁴. Embora a maioria tenha continuado pobre, o acréscimo populacional contribuiu no sentido de tornar o mercado consumidor de Belém, especialmente no que diz respeito a alimentos básicos, muito maior em 1960 do que tinha sido antes da guerra.¹⁵

Além de contribuir para a expansão do mercado consumidor urbano, o crescimento industrial também proporcionou novas condições para a produção agrícola, através da criação de demanda de matérias-primas para as fábricas instaladas em Belém e suas proximidades nos anos 50 e 60. As inovações mais significativas para os pequenos agricultores foram as fábricas de benefi-

ciamento da juta, cujo cultivo foi introduzido no Baixo Amazonas por imigrantes japoneses na década de 30¹⁶. Ao mesmo tempo, a conexão por terra com o sul do Brasil propiciou acesso às indústrias têxteis de aniagem em São Paulo e Rio de Janeiro, que anteriormente dependiam da fibra importada da Índia e do Paquistão. Descobriu-se, pouco depois, que algumas plantas nativas da Amazônia, chamadas malva ou guacima, podiam ser misturadas com a juta. A guacima é mais comum no Salgado, a malva na Bragantina e Guajarina. Todas estas fibras podem ser produzidas por unidades familiares com pouco capital. Embora a juta se cultive em áreas que se inundam periodicamente, expandindo-se, portanto, ao longo do rio Amazonas, a malva se encontra em terra firme e não exige solos de alta fertilidade. Portanto, constituiu-se uma cultura ideal para a Bragantina nos anos 40 e 50. É interessante notar que a introdução da malva implicou num processo rápido e profundo de inovação agrícola espontânea, o que desmente a imagem do camponês amazônico, ou camponeses em geral, como presos à tradição.

A ampliação e melhoramentos da rede rodoviária também criaram novas condições para produção agrícola na Bragantina e Guajarina, por fornecerem acesso a mercados. A rodovia paralela à estrada de ferro foi gradualmente melhorada e pavimentada e abriram-se novas estradas vicinais. As estradas que se estendiam a novas áreas ao sul da Bragantina, principalmente, as que ligam a Brasília, Ourém e Maranhão, contribuíram para a expansão de fronteiras nas áreas atingidas.

A rodovia "Belém—Brasília", cuja importância real consistia na ligação terrestre com São Paulo, foi construída como parte de um plano nacional de transportes, mas também causou importantes efeitos a nível local. Tornou acessível a área próxima ao Guamá, ocupada por famílias procedentes da Bragantina e do Nordeste, enquanto a área mais ao sul, que recebeu o nome Paragominas (o que indica as origens dos primeiros ocupantes — Pará, Goiás e Minas Gerais), foi ocupada por fazendas de gado. O secretário estadual responsável pela distribuição de terras afirma que, como não dispunha de dados sobre solos e condições ecológicas ao longo da estrada, seguiu o processo empírico já em andamento, distribuindo lotes pequenos em Irituí e áreas maiores mais ao sul¹⁷. Devido à sua importância econômica e política e aos esforços de um órgão federal especial, Rodobras, a Belém—Brasília mantinha-se aberta durante o ano inteiro e o trecho que corta Irituí foi um dos primeiros a ser asfaltado. Desta forma, a área ao sul de São Miguel do Guamá ganhou acesso direto ao mercado de Belém.

Uma estrada de Capanema a Ourém havia sido aberta na década de 40 por equipes locais que partiram destas duas cidades, com apoio financeiro do

governo, trabalhando com enxadas, pás e carrinhos de mão. A estrada se estendeu para o sul do Guamá, até a colônia de Capitão Poço, no começo da década de 50. Outra estrada, no sentido Leste-Oeste, passando por Irituia, foi construída posteriormente, para fazer a ligação com a Belém—Brasília. Desta maneira, a área dentro da grande curva do Guamá chegou a ser bem servida por transporte terrestre, pelo menos quando as chuvas permitiam. Deve-se notar que, ao contrário da Belém—Brasília, estas estradas, que se encontram em Capitão Poço, foram construídas justamente por causa dos efeitos locais que elas teriam, bem como por causa de iniciativas tomadas por grupos já instalados nas áreas afetadas, isto é, como resposta a um processo de ocupação já iniciado.

A rodovia Pará—Maranhão foi construída em razão de objetivos tanto regionais como inter-regionais. A construção, iniciada pelo governo estadual, abriu a região nordeste do município de Ourém. O governo federal terminou e asfaltou a rodovia em 1975, completando-se, assim, uma ligação terrestre de trânsito permanente entre a Amazônia e o Nordeste.

Dados sobre o número e a localização de títulos distribuídos pelo Estado do Pará entre 1940 e 1978, por microrregião e por quinquênio (vide Tabela 1), mostram que os títulos foram distribuídos em grande escala, se bem que em ritmo irregular. Distribuiu-se um total de 20.516 lotes entre 1940 e 1978. Nos anos recentes a Zona Guajará ganhou importância, alcançando um total de 3.633 lotes, embora a colonização tenha continuado concentrada na Bragantina, com um total acumulado de 8.747 lotes. O número de famílias beneficiadas não é nada desprezível, levando-se em conta que, em 1978, o INCRA tinha 24.242 famílias assentadas em projetos de colonização oficial em toda a Região Norte, das quais 7.839 nos três Projetos Integrados de Colonização (PIC) da Transamazônica¹⁸.

2.2 – Distribuição Espacial da Migração e Colonização

É difícil retratar quantitativamente o crescimento populacional das áreas ao sul da Bragantina, porque as unidades espaciais dos dados censitários publicados são tão extensas (por exemplo, São Domingos do Capim estende-se por 400 km numa faixa tortuosa desde o Guamá até o Tocantins) e porque a divisão municipal foi modificada nos anos 60. Entretanto, é possível observarmos o crescimento populacional acelerado entre 1950 e 1960 em Irituia e Ourém, que cresceram a taxas de 46 e 161%, respectivamente. Em relação à década 1960-70, os números do IBGE indicam que a população da área que

TABELA 1
TÍTULOS DEFINITIVOS DISTRIBUÍDOS EM COLÔNIAS ESTADUAIS, POR MICRORREGIÃO E PERÍODO,
PARÁ, 1940-1978

Microrregião	Período								Total
	1940/44	1945/49	1950/54	1955/59	1960/64	1965/69	1970/74	1975/78	
Belém	74	83	55	62	296	141	562	1.139	2.412
Bragantina	1.245	1.661	942	787	795	450	697	2.170	8.747
Salgado	132	369	321	202	115	82	97	364	1.682
Guajará	1	292	168	252	423	247	906	1.334	3.633
Tomé-Açu	—	14	1	201	465	201	502	566	1.950
Viseu	—	—	—	—	1	1	121	377	500
Baixo Tocantins	—	—	103	34	52	41	56	279	565
Baixo Amazonas	—	—	—	—	—	—	—	54	54
Médio Amazonas Paraense	—	—	—	—	—	—	10	3	13
Marabá	—	—	—	—	—	—	12	3	15
Araguaia Paraense	—	42	—	—	—	—	184	717	943
Xingu	—	—	—	—	—	—	1	1	2
Total	1.452	2.461	1.590	1.538	2.147	1.163	3.148	7.017	20.516

FONTE: Departamento de Colonização e Cooperativismo, Secretaria da Agricultura, Pará.

Agradeço a colaboração de Rosa Acevedo Marin na coleta e tabulação dos dados brutos.

corresponde a Irituia cresceu 5,2%, a de Ourém 4,9%, a de Capitão Poço 4,2% e a de Paragominas 33,5% ao ano¹⁹.

Comumente, explica-se a nova ocupação da Guajarina pela absorção do excedente populacional da Bragantina, que teria chegado ao ponto de saturação. VALVERDE e DIAS afirmam que:

“Muito embora os nordestinos sejam os elementos predominantes do povoamento de Capitão Poço, eles são provenientes, em sua grande maioria, da ‘região de Belém’, constituindo a maioria da população adulta. Estudos sobre a população paraense, no período 1950-60, não salientaram a importância que a frente pioneira de Capitão Poço representa, em relação à área Bragantina—Salgado. Em realidade, a grande área malveira da Guajarina vem funcionando como uma verdadeira bomba de sucção para o excesso da população rural, marginalizada pela crise agrária”²⁰.

Dados de 1970, sobre residência anterior por Estado, confirmam, parcialmente, a importância da migração de outras áreas do Pará para a Guajarina: 61,9% era proveniente do Pará e 30,7%, do Nordeste. Entretanto, estes dados subestimam o número de migrantes procedentes do Nordeste e, em todo caso, Capitão Poço e Ourém apresentaram grandes contingentes de tais migrantes, tal como definidos no censo²¹. Portanto, não se deve concluir que a Guajarina é, simplesmente, uma área de transbordamento da Bragantina ou que sua ocupação não foi fortemente influenciada por fatores externos à Bragantina. O novo fluxo migratório para a Guajarina tem sua origem basicamente no Nordeste.

Embora a análise das origens da migração interestadual para a Guajarina fuja do escopo deste artigo, um dado merece atenção: dos migrantes na Guajarina provenientes do Nordeste, 52,2% vieram do Ceará, ou 82,0%, se os municípios meridionais da Paragominas e São Domingos forem excluídos. Pode-se, assim, concluir que a migração para a área adjacente à Bragantina não se condiciona de forma direta por transformações na economia de “plantation” da Zona da Mata e que a migração do Ceará para esta área não se dá por etapas, atravessando Piauí e Maranhão. Constitui um fluxo distinto da migração já conhecida e documentada do Nordeste para o Maranhão e para o sudeste do Pará e, portanto, exige análise distinta²².

3 – História da Ocupação do Vale do Alto Guamá

Para se entender o processo de ocupação do alto Guamá, algo diferente da Bragantina, é necessário começar por sua história particular²³. A cidade de Ourém, que se situa 200 km rio acima de Belém e diretamente a Leste, foi fundada 150 anos antes do começo da ocupação da Bragantina²⁴. A partir do século XVII, a região era atravessada por viajantes que seguiam o caminho por terra entre Belém e Maranhão, por causa das dificuldades de navegação na costa. O alto Guamá nunca ficou tão isolado quanto a maior parte da Bragantina antes de sua ocupação.

Embora seja comum, na literatura histórica, afirmar-se ou sugerir-se que a agricultura amazônica era insignificante durante a época áurea da borracha, uma vez que todos os braços teriam sido absorvidos pela extração, resultando na importação de alimentos, este, certamente, não foi o caso das áreas agrícolas mais antigas tais como Ourém²⁵. Essas áreas encontravam-se numa situação de expansão de mercados com preços elevados para produtos alimentícios. Uma parcela da força de trabalho “livre” pode ter sido atraída aos seringais, porém, muitos pequenos produtores e a maior parte dos escravos provavelmente ficaram nas colônias e fazendas no leste do Pará, dedicando-se à produção agrícola mercantil. Em Ourém, embora não haja produção registrada de borracha, a população livre aumentou em 85% entre 1850 e 1872 (876 a 1.818), enquanto o número de escravos cresceu em 28% (198 a 253), o que indica não ter sido intensa a emigração²⁶.

A presença de um escravo para cada quatro habitantes livres em meados do século indica que havia alguma agricultura comercial em Ourém. Considerando que estes escravos, de origem africana, tinham de ser comprados, é pouco provável que a atividade local de subsistência, por si só, tenha sustentado um sistema escravocrata. Assim, a maior parte dos escravos provavelmente trabalhou em engenhos. Uma parte do açúcar produzido pode ter sido exportado, embora a maior parte dos donos de engenho na província preferisse transformar a cana em cachaça, cuja produção ainda não era suficiente para satisfazer a demanda regional²⁷. O fumo também constituiu uma cultura comercial importante no alto Guamá, que era o centro de sua produção na província.

Os outros produtos locais eram extrativos: breu, cravo, óleo de andiroba e copaíba. Supõe-se que eram coletados pela população não-escrava. Alguns eram obtidos pela troca de cachaça com os índios que viviam acima de Ourém no Rio Guamá²⁸.

Em suma, o alto Guamá não participou diretamente da exportação para o Sul ou para o exterior. Entretanto, tinha agricultura comercial orientada para o mercado regional criado pela atividade de exportação. Aparentemente, esta produção de mercadorias baseou-se, em parte, no trabalho escravo. Entre as unidades camponesas, a pequena produção mercantil de fumo e das drogas do sertão, acima mencionada, seria secundária em relação à produção para subsistência.

Nota-se, no censo agrícola de 1920, que a cana e produtos derivados desapareceram completamente das estatísticas de produção para Ourém. Este fato apóia a hipótese, levantada anteriormente, de que os escravos presentes no século XIX engajaram-se na produção de açúcar. Depois da abolição, os engenhos locais aparentemente fecharam-se. Por outro lado, continuou alta a produção de fumo, uma cultura camponesa, como, também, a produção de culturas de subsistência, tais como: mandioca, arroz, milho e feijão. Não há indicação de que os alimentos fossem comercializados fora do município nesse período, considerando que, de acordo com a estimativa feita na base de 88,3 kg *per capita* por ano, a população em 1920 (7.370) teria consumido 651 toneladas de farinha, o que excede em muito a quantidade produzida, 342,6 toneladas²⁹. A interpretação de que havia pouca produção comercial agrícola é apoiada pelas declarações de um antigo morador da área, que disse, numa entrevista, que seu pai, comerciante, ofereceu prêmios para a maior produção agrícola em 1928. Manoel Martinho de Oliveira ganhou o prêmio de 1º. lugar — uma espingarda —, com apenas 10 sacos de arroz, e Manoel Agnelo, o 2º. prêmio — um penico —, com 8 sacos. O mesmo informante explicou que, antes de 1930, era difícil ver dinheiro e que os produtos eram simplesmente trocados. A população local “só queria café, açúcar, pinga, e pronto”.

Nos anos 30, outro informante, um imigrante português e um dos comerciantes mais importantes de Ourém, despachava fumo e farinha de mandioca diretamente a Manaus e recebia pirarucu e outros produtos. Também despachava produtos a Belém. Atribui-se “o progresso” da economia local à chegada dos nordestinos, em número significativo depois da “revolução do Barata”. Os estereótipos correntes estabelecem contrastes entre os “caboclos” nativos do Pará, que “viviam na sombra das árvores à beira do rio”, e os nordestinos, que penetravam na floresta e derrubavam as árvores, “igual à saúva”.

As transformações da economia local, após 1930, refletem-se nos dados sobre a produção agrícola³⁰. A produção anual de arroz aumentou de 75,8 toneladas, em 1920, para mais de 2.000 toneladas no começo da década de 40, e a produção de mandioca multiplicou-se diversas vezes. A produção co-

mercial do algodão passou a ter importância. a produção de fumo manteve-se aproximadamente a mesma. Arroz e algodão eram culturas tipicamente nordestinas, e mandioca e fumo, culturas tradicionais do Pará. Observa-se que a produção de fumo e algodão diminuiu nos anos 50, que a produção de arroz e mandioca não mostrou clara tendência de longo prazo e que a produção de malva crescia de forma extraordinária. Os migrantes nordestinos que se estabeleceram na área, nos anos 40, experimentaram o cultivo do algodão, mas o substituíram pela malva nos últimos anos da década.

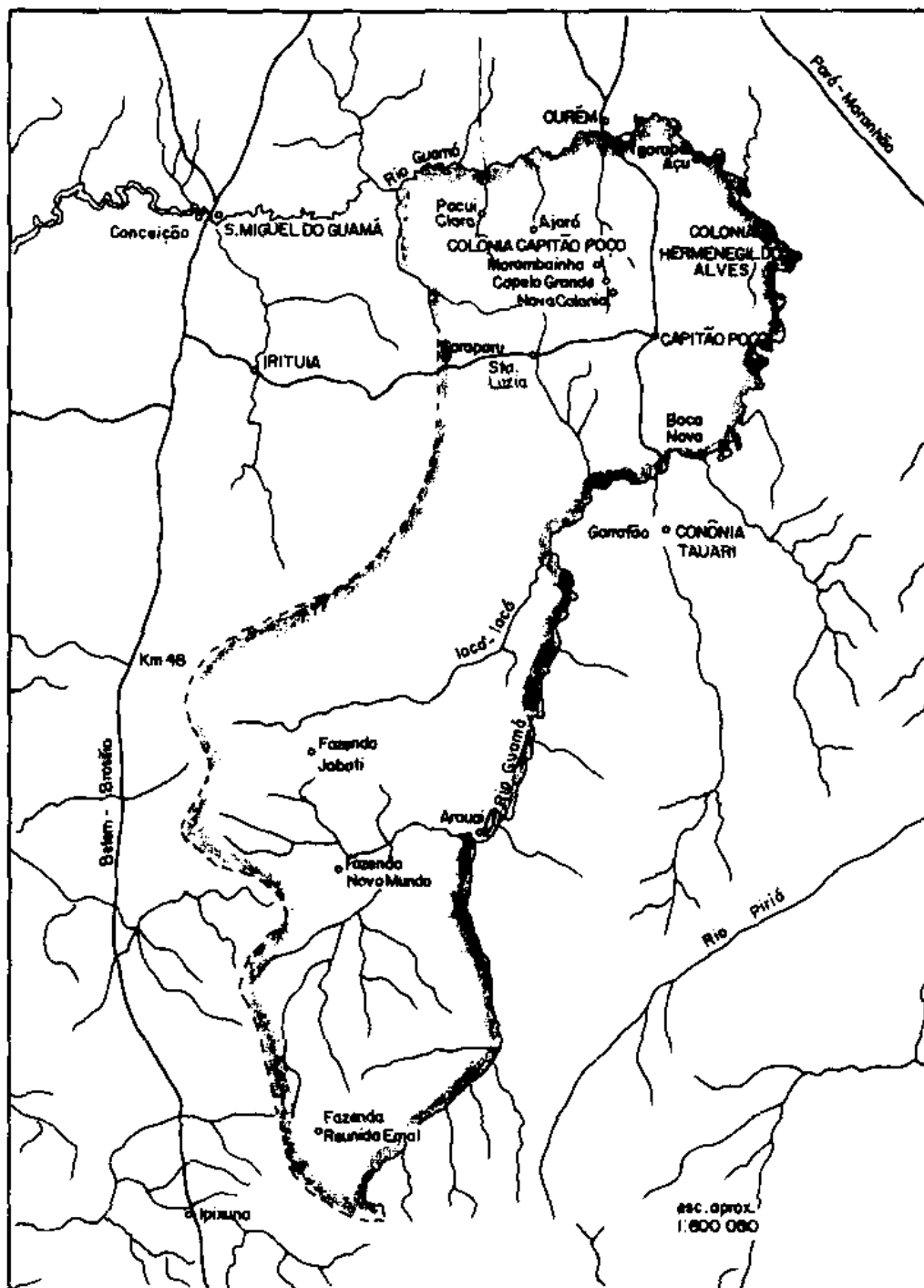
4 — A Colonização Nordestina em Capitão Poço

Um dos pioneiros da colonização nordestina na área que se tornou o município de Capitão Poço, descreveu as origens da colonização nos seguintes termos:

“Rogério Coutinho, Inácio Coutinho, Filomena Coutinho, irmão deles, que é uma viúva, que justamente é a mãe do prefeito atual de hoje de Capitão Poço, com os filhos mais velhos dela — era Francisco, Miguel, Sales, José e Outras filhas mulheres — então, esses três casais mais velhos vinheram descobrir as colônias de Capitão Poço, sendo que ela era pertencente ao município de Ourém. . . A princípio, esse Rogério Coutinho, que foi o primeiro que veio com o Inácio, os dois irmãos tiraram os terrenos lá no município de Ourém, no lugar por nome Carrapatinho, e iniciaram no município de Ourém, um pouco afastado lá da rua de Ourém. Mas parece que não se deram bem por causa das terras, e coisa, então, não tinha terra com suficiência, o tanto que eles queriam. Falaram lá às autoridades de Ourém e eles encaminharam que essa família vivesse abrir roçado aqui em Capitão Poço. Os dois mais velhos, que é Inácio e Rogério. . . estava morando aqui no Pará. Daqui, já com o recurso dos irmãos que tava morando aqui no município de Ourém, no lugar por nome Carrapatinho, é que eles arranjarão recurso com que mandaram para auxiliar a vinda da velha de lá para cá. . . Com a chegada dela e ter aumentado mais o número de família, as terras deles eram pouca lá no Carrapatinho, não dava para se colocarem todos lá. Aí falaram em Ourém, e tal, eles mandaram que eles vivessem abrir roçado em Capitão Poço.”³¹

Os três protagonistas originais já morreram, mas a história foi repetida, com pequenas variações, por diversos antigos moradores, inclusive o prefeito e outros filhos de Filomena Coutinho. Três pontos nesta história de coloniza-

Capitão Poço



----- Traçado provável da divisa municipal, que segue o divisor das águas entre as nascentes do Igarapé Castanhal e as nascentes do rio Guamã.

FONTES: PROJETO RADAMBRASIL, Folhas SA.23-V-C e SA.23-Y-A (base física); Lei nº 2.460 de 29.12.61 (definição legal dos limites do município); mapas de campo da SUCAM; Observações de campo.

ção pioneira merecem nossa atenção: a origem dos colonos, as características da terra por eles ocupada e a dimensão política da colonização.

Como explicou o informante, cujas palavras são transcritas acima, Rogério e Inácio Coutinho eram cearenses, mas já moravam no Pará quando eles mudaram para Ourém, onde conseguiram poupar o suficiente para mandar buscar sua irmã viúva e os filhos dela em sua terra, Massapê, durante a grande seca de 1941-44. Os sobrinhos contaram, em entrevistas, que seus tios inicialmente haviam migrado para a área chamada Quilômetro 95, na estrada de ferro Belém-Bragança, em 1915 (ano de grande seca no Nordeste) e para Ourém em 1930, o ano mencionado por nativos da área como marco da chegada dos nordestinos. Parece-nos, assim, que a chegada dos primeiros migrantes cearenses em Capitão Poço relacionou-se com o ciclo de secas no Nordeste e com a saturação gradual da Bragantina. Ao mesmo tempo, há indícios de que enquanto a frente pioneira seguia para o Leste e Sul, os migrantes deixavam de lado a Bragantina e se dirigiam diretamente para a Guajarina. Os dados coletados sobre o movimento de outros migrantes mostram que a história da família Coutinho é representativa, na medida em que evidencia uma mudança no sentido de substituição da migração em etapas através da Bragantina, por migração de parentes e amigos diretamente do Ceará.

As terras ocupadas por estes migrantes não eram virgens. A relação de proprietários recenseados em 1920 mostra que boa parte da terra, especialmente ao longo do Guamá, já estava ocupada em 1920. Um informante idoso mencionou os povoados antigos de Igarapé-Açu, Pacuí-Claro, Pacuí-Mirim, Pacuí-Açu, bem como Caraparu e Santa Luzia, estes últimos fundados depois de 1930 bem distante do rio. Documentos paroquiais mostram que se fundou uma irmandade religiosa em Ajará em 1944. As áreas não-povoadas eram aproveitadas por caçadores que procuravam carne e peles de animais tais como veado, anta e porco. Os mateiros cortavam cedro, freijó e andiroba, que desciam pelo Rio Guamá, em balsas de 50 toras, até Conceição e Belém. No lugar escolhido pelos nordestinos para seus primeiros roçados, já havia uma cabana usada pelos mateiros. Assim sendo, embora não estivessem desmatadas, as terras eram utilizadas. A frente agrícola seguiu a frente extrativa, numa sequência posteriormente repetida rio acima em Iacaiacá e Arauaí.

Boa parte da terra ocupada pelos nordestinos já tinha dono, isto é, a ocupação "de facto" não precedeu à propriedade legal, como se supõe em alguns modelos de expansão de fronteiras no Brasil³². Em 1932, uma área de 4 por 4 léguas (isto é, 57.600 ha) havia sido doada pelo governo a um imigrante japonês chamado "Conde Koma", que participara na introdução de imigran-

tes japoneses no Vale do Acaraú e Castanhão em 1929. Neste caso não foi o processo de ocupação que transformou as terras devolutas em propriedade privada, dado que boa parte da terra ocupada já era propriedade privada com título legal.

Embora "Conde Koma" não tivesse utilizado as terras, o prefeito de Ourém que encaminhou a família Coutinho para área de Capitão Poço sabia da doação. É aqui que a dimensão política da colonização torna-se evidente: os colonos são, também, eleitores que incorrem em dívida para com seus patrocinadores. Por causa da colonização desencadeada, o governo estadual posteriormente transformou a doação em projeto de colonização. Diz-se que trocou a terra por uma gleba em outro lugar. Em 1962, os colonos escolheram o inspetor da colônia, que havia sido prefeito de Ourém, como o primeiro prefeito do novo município de Capitão Poço e, em 1966, eles o elegeram deputado estadual. Outro deputado estadual recebeu apoio político local, por ter apresentado projeto de lei para criação do município de Capitão Poço em 1960. É claro, portanto, que existe uma ligação entre colonização em Capitão Poço e a política eleitoral.

A migração da família Coutinho constituiu-se em semente madura em terra fértil para a migração. Nos primeiros anos, os pioneiros chegavam a seus roçados andando a pé. Para chegar no mesmo dia, viajavam à noite, iluminando o caminho com tochas de breu. Os homens plantavam e cultivavam os roçados e suas mulheres ajudavam na colheita. A primeira criança nascida em Capitão Poço foi batizada na primeira missa celebrada na colônia em 9 de junho de 1948³³. Nos anos seguintes, a malva substituiu o algodão como cultura comercial principal. Em 1950, a primeira professora encontrou 86 adultos e 21 crianças. Em 1952, foi iniciada a construção de uma estrada para Ourém, e o primeiro caminhão chegou à colônia em 1954. Havia, naquele ano, cerca de 40 casas. Foi quando os migrantes começaram a chegar em grande número. Muitos deles eram parentes da família Coutinho: uma sobrinha e seu marido, que chegou a ser inspetor da colônia, cinco filhos do cunhado de Filomena que havia migrado para o Piauí, etc. As famílias eram geralmente grandes — normalmente de 8 a 10 filhos — e era comum o casamento entre primos, bem como casamentos múltiplos entre irmãos de famílias diferentes.

Dado que a maioria tinha relações de parentesco, os migrantes vinham, geralmente, da mesma área do Ceará, especialmente Massapê e municípios adjacentes na parte noroeste do Estado. Uma análise das origens deste fluxo migratório foge ao escopo da presente análise, porém, alguns dados básicos sobre as origens nos fornecem referências importantes para a compreensão do

processo de colonização. Em primeiro lugar, os municípios entre Massapé e Tianguá localizam-se ao longo das serras de Meruoca e Ibiapaba, uma área caracterizada por pequenas posses agrícolas e altas taxas de emigração, o que contrasta com as grandes fazendas de pecuária, algodão e extração de oiticica que ocupam as áreas do sertão³⁴. Constata-se, assim, que o fluxo migratório para Capitão Poço tem suas origens num contexto de pequenas propriedades, em vez de parceria ou trabalho assalariado em grandes propriedades. A sua tradição era mais agrícola do que pecuária ou extrativa. Nessas condições, em que um grande número de pequenos agricultores ou camponeses concentra-se em certas áreas, as famílias grandes inevitavelmente produzem pressões migratórias. Assim, muitos migrantes foram em anos de seca, mas outras não. Era comum citar o "sacrifício" ou "aperreção" de se viver no Ceará, e, paralelamente, as condições mais favoráveis no Pará. A distribuição de terras a colonos que nada ou quase nada tinham constituía forte incentivo para se mudar para o Pará e lá ficar. Outros migrantes disseram que a maior parte de seus filhos já estava em Capitão Poço, que outros membros da família os mandaram buscar, ou, até mesmo, que os amigos que lhes ofereciam emprego estavam saindo para o Pará. Desta maneira, laços de parentesco ou outras ligações interpessoais reforçaram e consolidaram um fluxo migratório que foi, inicialmente, econômico. Conseqüentemente, pode-se esperar um fluxo de migrantes em anos que não sejam os de seca e uma taxa relativamente alta de retenção em Capitão Poço, o que os dados disponíveis confirmam.

Dispomos de dados sobre produção agrícola em Capitão Poço para diversos anos após a criação do município. Em 1968, ano em que houve um pico na produção de arroz, Capitão Poço foi o segundo maior produtor entre os municípios paraenses, com uma produção de 3.888 toneladas³⁴. Em 1969, foi o maior produtor de malva, com 4.000 toneladas³⁵. Os dados indicam que houve uma tendência a diminuir a produção de ambas as culturas e a aumentar a produção de mandioca e pimenta-do-reino. Embora não seja possível discutir aqui os motivos dessas tendências, chamamos a atenção para o fato de que a colonização em Capitão Poço, além de absorver grande contingente de migrantes nordestinos, também teve expressão econômica considerável no Estado do Pará.

5 — A Pequena Produção Mercantil de Capitão Poço

Examine-se, mais de perto, como as unidades familiares de colonos do alto Guamá produzem para sua própria subsistência e, ao mesmo tempo, para o mercado, procurando entender a dinâmica interna da colônia no que diz respeito ao processo de trabalho e às relações de produção.

5.1 — Processo de Trabalho

Considere-se que o processo de trabalho engloba o trabalho em si, seus instrumentos e seu objeto. Na rápida análise a seguir, trata-se, primeiro, da terra na sua dupla função como objeto e instrumento, procedendo a alguns comentários sobre outros instrumentos, o ciclo agrícola e a divisão técnica do trabalho entre os colonos de Capitão Poço.

Como já mencionado no resumo histórico, a área que hoje é Capitão Poço foi explorada, originalmente, em moldes extrativistas, principalmente através da caça e extração da madeira. Nos primeiros anos da colonização, a extração destinada à subsistência (especialmente a caça) e o mercado (breu, cipó titica) complementavam a agricultura. No decorrer do tempo, porém, a terra tornou-se importante, quase que exclusivamente, para a produção agrícola.

A agricultura camponesa na região utiliza o sistema de roçados, que dá acesso à fertilidade natural presente no solo e na cobertura vegetal, bem como às condições atmosféricas necessárias à agricultura (luz solar, precipitação pluvial), mas, ao mesmo tempo, leva à diminuição acelerada dessa mesma fertilidade, em razão das queimadas, lixiviação e erosão. O roçado coloca em cheque, temporariamente, os processos de concorrer com as culturas plantadas (crescimento da floresta, ervas daninhas, insetos, fungos, etc.), embora estes processos também tenham função essencial na posterior recuperação da fertilidade natural. Configura-se, assim, uma dupla contradição da agricultura de roçados. Por um lado, o roçado como instrumento de trabalho consome o objeto de trabalho, neste caso, a natureza, ao mesmo tempo que este objeto consome o instrumento, novamente tomando conta do roçado. Por outro, a abertura do roçado permite a apropriação da natureza; a retomada da área pela natureza permite sua apropriação futura, devido à recuperação da fertilidade. Essa “dialética”, por assim dizer, dada sua complexidade, causou muita incompreensão a respeito da agricultura indígena e camponesa em áreas tropicais, muitas vezes chamada de “atrasada”, “de baixa produtividade” ou “predatória”, sem entender-se que é um sistema de alto rendimento por unidade de trabalho e que, respeitado o período de descanso ou “pousio”, mantém o equilíbrio ecológico³⁶.

Quando a densidade populacional ou a monopolização da terra não permitem “pousio” suficiente, a única forma de manter a produção agrícola é recorrer a instrumentos como fertilizantes, corretivos e inseticidas, ou a culturas perenes. Nos dois casos, os colonos são praticamente excluídos pelos preços dos insumos ou montante do investimento. O pequeno produtor precisa da

terra principalmente como objeto de trabalho, pela fertilidade natural, em vez de simples instrumento a ser combinado com outros meios de produção que teria que adquirir no mercado. É o desgaste da terra e a busca da terra como objeto de trabalho que estão por trás do movimento da frente camponesa, através da Bragantina e da Guajarina. Ao mesmo tempo, a transformação da terra de objeto em instrumento, com qualidades adequadas à agricultura capitalizada, explica por que a frente camponesa não é, necessariamente, uma fronteira “vazia”, deixando abandonadas as áreas pelas quais passa, como veremos adiante na discussão do capital agrário³⁷.

São extremamente simples os outros instrumentos envolvidos na produção camponesa, desde a abertura do roçado até a colheita, resumindo-se, quase que exclusivamente, em lâminas simples de ferro, operadas manualmente: machados, terçados, enxadas e facas. São praticamente os mesmos para as diversas culturas. Assim sendo, o trabalho agrícola é extremamente intensivo de mão-de-obra e constitui-se numa articulação quase direta, com pouca ou nenhuma mediação de instrumentos, entre o trabalho e a terra.

As fases de beneficiamento diferem bastante entre si e alguns produtos exigem equipamentos mais sofisticados. Os “legumes” (arroz, feijão, milho) são expostos ao sol para secar e batidos ou debulhados a mão, um trabalho manual por excelência. A “roça” (mandioca) é transformada em farinha por diversos processos. A fabricação da farinha d’água é mais comum na área estudada, por não requerer equipamento para ralar a raiz, amolecida ao deixá-la de molho num “igarapé” (córrego). Os caboclos paraenses retiram o ácido venenoso da mandioca “brava” usando o tipiti, enquanto os colonos nordestinos, muitos dos quais produzem farinha para vender, usam prensas de madeira para processar volumes maiores. A massa pode ser simplesmente peneirada antes de torrar, mas em alguns “retiros” usa-se a “serra”, movida por um pequeno motor à gasolina. Todos os métodos, que podem se misturar em combinações diferentes, culminam no forno, uma chapa grande em que a farinha é torrada, saindo do retiro já em condições de ser consumida.

O beneficiamento primário da malva é extremamente rudimentar: na operação principal não se usa qualquer instrumento. Neste caso, também, o igarapé é usado para amolecer o produto. Após submersão durante aproximadamente uma semana, tira-se a fibra das hastes, dentro da água, em que ela também é lavada. Depois de secada ao sol, a fibra é amarrada em fardos e transportada até o ponto de venda.

Do exposto sobre os instrumentos de trabalho na colônia estudada, depreende-se que quase todos se operam manualmente, constituindo-se em simples extensões dos braços e mãos, acrescentando-lhes a capacidade de cortar. Usa-se o lombo de animais para o transporte da carga, mas não se usam os animais para tração de veículos (como no Nordeste). As fontes de energia são, quase que exclusivamente, internas à unidade de produção camponesa. Na combinação articulada entre o trabalho, o objeto e os instrumentos que compõem as forças produtivas em Capitão Poço, os Instrumentos, exceto o roçado, são de importância muito reduzida. A articulação básica é terra e trabalho.

Na análise da agricultura praticada em Capitão Poço é importante levar em conta o ciclo agrícola das diversas culturas, que determina certos períodos críticos, quando o trabalho agrícola tem de realizar-se com a maior rapidez possível. Os períodos mais críticos são: 1) a derrubada, queimada e "coivara", quando se aproxima o começo das chuvas; 2) a colheita do arroz; e 3) a colheita e processamento primário da malva. Visto que as duas últimas tarefas requerem muita mão-de-obra, configuram-se picos em sua demanda.

Examine-se, agora, a divisão técnica do trabalho agrícola, ou seja, quem realiza as diversas tarefas, segundo algumas categorias de trabalho familiar e extrafamiliar. Na população estudada, usa-se o trabalho extrafamiliar principalmente para "brocar" (derrubar), capinar, cortar malva e "tirar" (descorticar) malva. Nas primeiras três tarefas, o recurso ao trabalho extrafamiliar parece explicar-se pelo fato de que, sendo pesadas, são consideradas trabalho para homens adultos, cujo número costuma ser reduzido em cada família. Sendo comum mulheres e crianças "tirarem" malva, o uso de trabalhadores de fora da família nesta atividade provavelmente decorre da urgência da tarefa em dado momento.

Na grande maioria das famílias, o fato de os homens adultos executarem as tarefas acima mencionadas indica que não se delegam tais tarefas ao trabalho extrafamiliar, utilizado apenas para complementar o trabalho familiar. As formas mais comuns de contratação desses serviços são, por ordem de frequência, a troca de dias de serviço, pagamento por dia ou empreitada e uma forma de parceria chamada "dar de metade", em que o produtor paga ao trabalhador contratado a metade do produto plantado, colhido ou beneficiado, conforme o caso. "Dar de metade" é mais comum para cortar ou "tirar" malva, e pagar o serviço ou trocar dias, para a "broca" e capina. Provavelmente, justifica-se a cessão da metade da malva a quem tira porque a maior parte do trabalho gasto na sua produção (74% a 89%) concentra-se nesta fase e porque a mão-de-obra torna-se escassa nesse período.

Resumindo, observamos que se usa o trabalho extrafamiliar em Capitão Poço em tarefas específicas, em que o trabalho familiar é insuficiente, seja em qualidade ou quantidade. Esse trabalho externo é apenas complementar, porém, essencial para o funcionamento da unidade familiar durante o resto do ano. Assim sendo, não anula, em princípio, a unidade de produção familiar. Antes, torna-a viável. É, portanto, necessário relativizar-se o conceito de “unidade” familiar.

Quanto à divisão do trabalho dentro da família, observa-se que as tarefas não se distribuem uniformemente entre as categorias de idade e sexo. As mulheres têm menor participação nas seguintes tarefas: brocar, plantar com semeadeira, cortar a malva e capinar. Elas participam mais nas tarefas de “bater” legumes, debulhar, fazer farinha, colher cereais e “tirar” a malva. Assim sendo, há uma divisão do trabalho agrícola por sexo, embora não absoluta. Quando não dispõe de trabalhadores suficientes para os serviços pesados, a família costuma recorrer a outros homens, embora, em quase a metade das famílias entrevistadas, as mulheres executem trabalhos pesados. É maior a participação das mulheres nas tarefas que evidenciam picos na demanda de mão-de-obra e naquelas realizadas em casa ou no retiro, onde é mais fácil a combinação com as tarefas domésticas.

Os filhos têm menor participação que os adultos. Via de regra, os membros da família na faixa etária de 12 a 17 anos realizam as tarefas na mesma proporção que os adultos do mesmo sexo. As crianças de até 11 anos de idade participam dos trabalhos de “bater”, debulhar, colher cereais e tirar a malva e eventualmente fazem serviços mais pesados como a capina.

Conclui-se que a família é a unidade básica de trabalho na população estudada e que existe certa divisão do trabalho por idade e sexo. Entretanto, esta divisão modifica-se quando as tarefas que poderiam ser realizadas por mulheres e crianças, segundo a percepção dos entrevistados, exigem maior volume de trabalho do que os homens adultos podem oferecer. Desta maneira, mulheres e crianças, além de executarem determinados serviços regularmente, também constituem uma reserva de trabalho dentro da família, que pode ser mobilizada quando isto se torna necessário. Portanto, a “unidade” familiar também precisa ser relativizada quanto à sua organização interna.

5.2 — Relações de Produção

Nossa rápida discussão sobre relações de produção na pequena produção mercantil de Capitão Poço trata primeiro da apropriação dos meios de produção e, a seguir, da apropriação do produto.

Quanto ao meio de produção terra, é interessante observar que a área inicialmente ocupada pela frente camponesa de Capitão Poço não era terra devoluta, sem dono. Como mencionamos anteriormente, pressões políticas decorrentes da ocupação espontânea de uma grande gleba particular não-explorada levaram à criação de uma colônia estadual. A área foi parcelada em lotes de 250m por 1.000m (25 ha) e distribuída entre colonos, que tinham de seguir um prolongado processo burocrático em três etapas: 1) talão de benfeitoria, por ter iniciado a ocupação; 2) título de ocupação colonial, etapa essencialmente probatória; e 3) título definitivo, no caso de a ocupação ser contínua e satisfazer as condições estipuladas pelo órgão estadual. Os custos monetários para o colono eram mínimos, embora o acesso aos lotes não tenha sido inteiramente livre e igual, tendo em vista casos de influência pessoal e política na distribuição.

Até 1978, haviam sido distribuídos 809 títulos definitivos na Colônia Capitão Poço, e 407, na Colônia Hermenegildo Alves, a Leste. Em anos recentes, foram demarcados lotes rio acima no Guamá, onde a frente camponesa entrou em choque com a frente constituída de fazendas de grandes empresas que se estabeleceram na região de Paragominas. Já foram assentados colonos em áreas posteriormente reivindicadas por sulistas, que dizem ter títulos antigos. Em 1978, ocorreu morte e intervenção policial em razão dos conflitos decorrentes dessa situação.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1970, havia, em Capitão Poço, um total de 2.777 estabelecimentos, ocupando uma área total de 102.173 ha, o que corresponde a uma média de apenas 36,8 ha por estabelecimento. Destes, 2.163 encontravam-se em propriedade individual e 494 em terras públicas. Em 70,7% dos estabelecimentos, o produtor era proprietário e em 26,1%, ocupante. Apenas 2,7% dos produtores eram arrendatários e 0,4% parceiros.

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos, quase dois terços eram de 20 a 50 ha, faixa que inclui o lote padrão de 25 ha. Estes estabelecimentos ocupavam 56,2% da área total, enquanto os maiores de 50 ha ocupavam 40,4%. Assim, embora o pequeno estabelecimento tenha predominado, havia, também, estabelecimentos maiores, de até 2.183 ha. Observações de campo indicam que está em andamento um processo de aglomeração de pequenas propriedades, especialmente nas áreas mais antigas da colônia, que se transformam em fazendas de gado e pimentais.

Além dos proprietários, havia também um contingente de trabalhadores sem terra, que se estima em 30,2% da população rural em 1970. O levanta-

mento FAMIG³⁸, realizado em 1975, encontrou uma proporção maior, 50%, que não tinha qualquer propriedade, com título definitivo ou não. A presença desta população sem terra pode ser atribuída tanto à dinâmica da frente camponesa, quanto à penetração da agricultura capitalista. Em relação à frente camponesa, observa-se que migrantes recém-chegados trabalham, frequentemente, "encostados" (com outra pessoa), enquanto se preparam para fixar-se independentemente e, ainda, que muitas famílias ocupam gratuitamente terras de parentes ou outras pessoas que não cobram pela ocupação. Há, também, trabalhadores sem roçado que alugam sua força de trabalho como trabalho "livre", ganhando por "tirar de metade", empreita ou diária, que, na média dos casos observados, era de Cr\$ 12,37 em 1975, geralmente sem refeições.

Mesmo os colonos com propriedade ou posse de terra alugam sua força de trabalho em determinados momentos, ou utilizam membros de suas famílias, para complementarem sua renda. Os empregadores, nestes casos, podem ser tanto outros colonos como fazendeiros ou, especialmente, donos de pimentais, que precisam de grandes quantidades de mão-de-obra na fase de implantação e durante a colheita da pimenta.

A análise destas relações mostra que o trabalho fora da própria família é parte integrante da pequena produção mercantil. Tal trabalho é necessário, porque as unidades camponesas precisam, quase sempre, de braços para determinadas tarefas e porque, devido ao ciclo vital, o tamanho e composição por sexo e idade da família podem ser insuficientes. Esse trabalho torna-se possível, porque os processos demográficos e econômicos da frente camponesa geram, por mecanismos diferentes, força de trabalho ociosa, que também precisa ser alugada para se complementar a renda familiar. Embora os colonos ou membros de suas famílias possam assumir, temporariamente, posições "burguesas" ou "proletárias", a compra e venda de força de trabalho não implica, por si só, na diferenciação do campesinato em classes. Normalmente, assumem-se as duas posições concomitante e continuamente, servindo à reprodução, não de uma economia capitalista, mas da economia camponesa na sua forma mercantil.

É claro que também ocorre uma diferenciação entre colonos ricos e pobres. Alguns passam por uma transição, tornando-se comerciantes, fazendeiros ou donos de pimentais, e em maior número descem à condição de peão ou simples trabalhador braçal.

Assim sendo, a frente camponesa sempre traz, além da **apropriação** de terra, certo grau de **expropriação**, o que tende a aumentar na medida em que

o crescimento populacional ultrapassa a distribuição de terras e em que o capital agrário penetra na economia local.

A apropriação do produto do colono divide-se em duas partes, uma que se destina ao colono e sua família e outra que se constitui em excedente, apropriado por terceiros.

Os dados do levantamento domiciliar em Capitão Poço indicam que a maior parte das famílias é auto-suficiente no que diz respeito a farinha de mandioca, arroz, aves, ovos, frutas, verduras, lenha, carvão e caça. Por outro lado, quase todas as famílias necessitam comprar charque, carne fresca de boi ou de porco, peixe salgado, óleo, açúcar, café, leite em pó, sabão e querosene. Os únicos gêneros produzidos e comprados em proporções significativas são: feijão, peixe fresco e leite fresco. Peixe e leite frescos são frequentemente trocados entre as famílias de colonos.

Assim, no que diz respeito à alimentação, as famílias observadas produzem amidos e compram proteínas e alimentos beneficiados — óleo, açúcar, etc. 86,5% das famílias criam galinhas, que se constituem em fonte doméstica de proteínas (carne e ovos) e são pouco exigentes em termos de insumos ou cuidados especiais. Embora 39,8% crie porcos e 10% gado, a carne que se consome é geralmente comprada, visto que não se matam esses animais frequentemente. O peixe salgado, proveniente da zona do Salgado e Bragança, é outra fonte importante de proteínas obtida no mercado. É possível produzir açúcar, óleo, café e sabão em casa, mas estes produtos são quase sempre comprados em forma industrializada.

É importante ressaltar que os produtos vendidos não são, simplesmente, o que “sobra” após a satisfação das necessidades da família. São produzidos e vendidos segundo diversas finalidades. O fato de que a quantidade de farinha, arroz e feijão produzida na colônia ultrapassa, em muito, a quantidade consumida sugere que já há, entre os colonos, uma orientação comercial “a priori”. Também, observa-se que até um terço das famílias não produz certos alimentos básicos, o que, de acordo com as entrevistas realizadas, se deve em parte aos cálculos que levam em conta preços relativos. Por exemplo, antes era vantajoso plantar arroz e comprar farinha. Esta situação inverteu-se em 1975. Assim, as culturas ditas de “subsistência” podem ser comerciais ou sofrer influências dos cálculos de mercado. Também, alguns produtos exclusivamente comerciais, tais como malva ou pimenta “de quintal”, podem não ser colhidos se o colono considerar que o retorno não compensa o trabalho ou que não há necessidade. Tendo em vista a complexidade da destinação de produtos cam-

poneses, pode-se concluir que não existe uma distinção simples e estável entre a produção para subsistência e a produção para o mercado e que o excedente não é apenas o que sobra, uma vez preenchidas as necessidades mínimas da família.

Além de venderem produtos, os colonos em Capitão Poço também vendem força de trabalho para garantirem sua subsistência. Como mencionamos anteriormente, o trabalho extrafamiliar é parte integrante da economia da colônia, especialmente no caso de culturas cuja demanda de trabalho evidencia picos acentuados.

Os dados coletados mostram que, embora os colonos de Capitão Poço apropriem parte de seu produto para a subsistência própria, eles também adquirem grande parte de suas necessidades através da troca, seja monetária ou não. Sua economia não é um sistema fechado ou auto-suficiente. No entanto, apesar dessa participação nos mercados de produtos e de trabalho, os colonos continuam a ser pequenos produtores com certa propriedade e autonomia, ou seja, camponeses, no sentido que damos a este termo. Poder-se-ia até mesmo afirmar que continuam sendo colonos em razão desta participação, visto que, caso contrário, não teriam outra alternativa a não ser deixar seus roçados, transformando-se em proletários rurais permanentes ou em migrantes.

6 — Relações com a Economia Extralocal

O estudo da economia da produção mercantil camponesa não deve restringir-se aos aspectos internos, visto que as relações externas com o capital agrícola, comercial ou industrial, além de determinarem, em parte, a dinâmica interna dessa produção, também configuram sua funcionalidade ou não em relação ao resto da economia. Examinemos, primeiro, os aspectos econômicos dessas relações.

A produção mercantil camponesa entra em relações diretas com o capital industrial, ao fornecer matérias-primas à indústria, relações essas que podem ser mediadas pelo capital mercantil. Tradicionalmente, na Amazônia, o sistema de *aviamento*, que se difundiu para incorporar outros produtos além da borracha, desempenhava a função de mediação³⁹. Apesar de não haver suficiente isolamento capaz de permitir monopólios locais do comércio ou monocultura comercial sem produção de subsistência, como aconteceu com a borracha, o *aviamento* se implantou na área de Capitão Poço graças, ao que parece, a outras condições favoráveis tais como: a necessidade de consumo de

certos bens industrializados; a especialização parcial na produção comercial de malva em detrimento da produção de subsistência; e a sazonalidade e incerteza da colheita.

A dinâmica interna da frente camponesa combinou-se com condições externas propiciadas pela expansão da indústria amazônica de têxteis de aniação no pós-guerra. Introduzida pelos japoneses, a produção de juta expandiu-se quando o suprimento pelas fontes asiáticas da fibra foi interrompido durante a guerra. Descobriu-se que a malva, planta nativa, era complemento ideal à juta, tendo em vista que: 1) a produção na terra firme não estava sujeita a inundações, propiciando fluxo mais estável; 2) a produção podia expandir-se rapidamente, com base no trabalho dos pequenos produtores, ansiosos por descobrirem uma cultura comercial adequada às suas necessidades; 3) a expansão dispensava grandes investimentos em terra, que se esgotava rapidamente, ou na mobilização de um grande número de trabalhadores, necessário apenas no curto período da safra.

Estas condições vigorantes na indústria de aniação e na frente camponesa do nordeste do Pará em meados deste século, concorreram para a implantação, em Capitão Poço, de um sistema de aviamento modificado. Durante o inverno, as firmas têxteis ou seus representantes no interior adiantavam peixe salgado, charque, enlatados e outros gêneros a colonos que tivessem malva a ser colhida no verão. O preço da malva vendida “na folha” era sempre inferior ao da malva colhida.

Uma vez estabelecida a rede de armazéns e compradores para a malva, outras mercadorias, também, passaram a ser compradas, particularmente o arroz. Paralelamente, desenvolveu-se uma rede de comerciantes que vendiam a prazo para receber na época da colheita, utilizando-se do crédito comercial, recursos próprios, empréstimos bancários, etc., isto é, sem depender de financiamento pelas firmas têxteis. Desta maneira, o financiamento da produção da malva mesclou-se ao sistema mais amplo de crédito comercial e agrícola, perdendo suas características específicas de monocultura e monopólio. Talvez seja sintoma desta interpenetração ou mescla o fato de a palavra “aviamento” não ser usada em Capitão Poço; falava-se simplesmente em comprar ou vender “fiado”.

Embora as entrevistas com antigos moradores tenham deixado claro que o aviamento foi importante no passado, o levantamento FAMIG indica que, apesar de o crédito comercial informal ser ainda importante e de seu pagamento ser efetuado freqüentemente com malva, o aviamento pelas firmas têxteis não

predomina mais em Capitão Poço. A única firma a continuar adiantando gêneros localiza-se em Ourém e a prática de “vender na folha” está começando a desaparecer.

Os dados mostram que mais da metade dos entrevistados declarou não ter feito compras “fiado” e que dentre os que usaram esse tipo de crédito, muitos pagavam em dinheiro. Assim, compra-se mais mercadorias a dinheiro do que pagando “in natura”. As observações de campo indicam que o uso do crédito difere da prática urbana, no sentido de que os alimentos e necessidades básicas são comprados “fiado”, enquanto bens “de luxo” e artigos mais caros (roupas, sapatos, panelas, rádios, etc.) costumam ser comprados a vista. A explicação desta diferença parece estar na sazonalidade da renda monetária da colônia, onde o influxo de dinheiro começa no segundo semestre com a safra de malva. Deste modo, a maioria dos colonos precisa de crédito para preencher suas necessidades básicas durante o primeiro semestre (inverno), enquanto recebe a maior parte de sua renda monetária num curto período de tempo. Uma vez iniciada a colheita da malva, vendedores e comerciantes itinerantes, provenientes de lugares distantes como São Paulo, surgem na praça, trazendo grande variedade de artigos e bugigangas: confecções, calçados, panelas de alumínio, óculos de sol, bijuteria, perfumaria, etc. Na medida em que melhoramentos no sistema de transportes facilitam o aproveitamento por parte de forâneos do pico de renda monetária na época das safras, assim como favorecem a saída dos consumidores de Capitão Poço para fazerem suas compras grandes em outros municípios, surgem empecilhos que diminuem o ritmo de acumulação pelo capital mercantil local, especialmente daquela parte ligada, através do aviamento, ao capital industrial.

Embora seja comum na literatura sociológica considerar-se a família camponesa uma “unidade de produção e consumo”, deve-se levar em conta, neste caso, que é apenas parte da produção de artefatos de malva que ocorre dentro da unidade camponesa. Se tomarmos, como quadro de referência, o processo produtivo como um todo, veremos que os meios de produção importantes são de propriedade, não dos colonos, mas antes de capitalistas tais como donos de caminhões, máquinas, etc. A importância relativa do capital para o controle do processo todo amplifica-se na Amazônia por causa da abundância de terra e das grandes distâncias, o que torna cruciais elementos como crédito e transporte. No caso da malva, uma planta anual que diminui a fertilidade do solo tropical, não foi necessário ou conveniente ao capital adquirir ou monopolizar a terra, como no caso da borracha. Em vez de controlar tanto a terra quanto o mercado, foi suficiente controlar apenas o mercado.

É importante lembrar-se de que, apesar de todas as vantagens que a pequena produção mercantil possa ter para o desenvolvimento industrial em certos ramos, também existem desvantagens, que podem chegar a superar as vantagens, quando as circunstâncias mudam. Não há o propósito de analisar aqui os limites da conveniência econômica da pequena produção mercantil, mas pode-se assinalar que, no caso da malva ocorre o seguinte: 1) unidades familiares não podem absorver a tecnologia necessária ao aumento da produtividade da terra ou do trabalho (tratores, adubos, etc.); 2) a oferta de mão-de-obra familiar representa ponto de estrangulamento na escala da produção; 3) não há controle de qualidade da fibra; 4) o enfraquecimento do sistema de "aviamento" dificulta a aquisição de matéria-prima a preços baixos; 5) o desenvolvimento de máquinas de descortçamento, programas de adubação, etc., para a malva abre novas perspectivas às técnicas de produção capitalizadas. Em 1975, um órgão de classe das companhias têxteis da região fazia planos de envolver-se diretamente na produção de sua matéria-prima, mas a crise causada pela queda da demanda de sacaria, após a geada de 1976, o desestimulou⁴⁰.

Além de ligações diretas da pequena produção mercantil com o capital industrial via fornecimento de matérias-primas, há, também, relações indiretas, baseadas no abastecimento de alimentos ao conjunto da economia urbano-industrial, bem como em mercados para bens manufaturados.

A farinha de mandioca e o arroz produzidos em Capitão Poço servem para alimentar a população urbana de Belém, ponto nodal tanto da economia de exportação amazônica quanto da indústria regional que se expandiu na última década. Não se pode afirmar categoricamente que os alimentos produzidos pelos pequenos produtores sejam mais baratos que alimentos produzidos com técnicas "modernas". Entretanto, é fácil constatar que o capital não se interessou pela produção desses bens de preço baixo, que o preço não inclui a remuneração, a níveis do salário regional, de toda a mão-de-obra familiar neles incorporada e, finalmente, que os preços teriam sido mais altos não fosse a participação da maioria dos colonos das frentes camponesas na sua produção. Portanto, consideramos válida para o caso estudado a argumentação de que a pequena produção de alimentos é fator de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho urbano, isto é, permite menores salários, o que por sua vez favorece maiores lucros para as empresas do complexo urbano-industrial⁴¹.

Quanto ao mercado de bens manufaturados, embora não se possa dizer que a frente camponesa expanda o mercado, parece claro que o consumo desses bens é maior do que teria sido em três outras situações: permanência no

Ceará, fixação na Bragantina ou maior dedicação à própria subsistência em Capitão Poço. Observa-se que os colonos consomem, em grande quantidade, os produtos de indústrias mais "tradicionais", tais como: as de ferramentas agrícolas, sacaria, tecidos, calçados e cachaça.

As relações da frente camponesa com o capital agrário são geralmente mais conflitantes do que com o capital urbano-industrial, embora haja, também, complementaridade em alguns pontos. Vejamos as interações que ocorrem quanto a terra, infra-estrutura e mão-de-obra.

Os colonos de Capitão Poço preparam o terreno literalmente para as fazendas de gado e os pimentais que seguem na esteira da frente camponesa. Em ambas as empresas agrícolas, as exigências quanto à fertilidade natural do solo são relativamente baixas, visto que a fazenda é extensiva de terra e o pimental depende de adubos químicos e orgânicos. Dado que grandes propriedades ou investimentos em capital (cercas, formação de pastos e gado para as fazendas; estacas, mudas, máquinas e produtos químicos para pimentais) estão fora do alcance econômico da grande maioria dos colonos, a terra esgotada é-lhes pouco útil. Por outro lado, para quem não depende muito da fertilidade natural, a terra desmatada e destocada é muito útil. Assim, a empresa capitalista pode, em muitos casos, aproveitar o trabalho incorporado à terra pelos colonos, sem incorrer no mesmo custo que teria de incorrer, em termos de dinheiro e de tempo de espera, caso começasse com a terra bruta.

Além do trabalho incorporado diretamente à terra, há diversas outras "benfeitorias" que valorizam a terra para o agricultor capitalista. Por depender de insumos, combustível, serviços de financiamento e manutenção, bem como mão-de-obra contratada, o transporte é muito mais importante para o capitalista do que para o colono, que depende do transporte quase que exclusivamente para o escoamento. O avanço da frente camponesa geralmente implica na construção de estradas e pontes, que, posteriormente, podem ser aproveitadas pelos novos empreendimentos.

A colonização também leva à instalação de infra-estrutura urbana importante para a empresa capitalista, tal como: bancos, armazéns, serrarias, postos de gasolina, correio e órgãos de assistência técnica. Além disso, pode ser importante para os empresários ter acesso a escolas para os filhos e assistência médica, assim como participação em outros aspectos da vida urbana.

Assim sendo, o capital agrário que se estabelece em Capitão Poço beneficia-se de vantagens locais decorrentes do avanço da colonização. Me-

diante a instalação de infra-estrutura urbana e de transportes, o trabalho já realizado pelos colonos reduz, direta ou indiretamente, os custos de instalação e operação dos novos empreendimentos, assim como cria condições sociais mínimas para o estilo de vida dos empresários.

Em que pese a sua importância, há que se lembrar que esse trabalho pioneiro não é totalmente compatível com todos os tipos de capital agrário, especialmente no caso de pecuária. Os fazendeiros individuais que se estabeleceram na área da colônia, quase sempre paraenses ou nordestinos, investiram relativamente pouco e expandiram seus pastos e rebanhos gradativamente, ao menor custo possível. Por outro lado, no sul do município instalou-se um tipo de fazenda muito diferente, o grande projeto agropecuário que se concentra ao redor de Paragominas. A fazenda mais próxima à colônia pertence à Companhia Agropecuária Rio Jaboti, cuja sede se localiza na Avenida Paulista em São Paulo. De acordo com o projeto aprovado pela SUDAM em 1967, a companhia teve que fornecer apenas 25% do valor total, que atualmente ultrapassaria Cr\$ 200 milhões. Em 1974, a fazenda tinha de 3 a 4 mil cabeças, mais do que todo o resto do município de Capitão Poço.

Apesar do volume de capital disponível, as fazendas incentivadas costumam usar o trabalho manual no processo de desmatamento, em grande parte, porque é menos destrutivo do solo do que as máquinas pesadas. Conseqüentemente, há na fase de implantação uma demanda acentuada de mão-de-obra, que é recrutada e supervisionada pela conhecida figura do empreiteiro chamado "gato". A colônia é uma das fontes de mão-de-obra. Tão rapidamente quanto aparece, porém, a procura de mão-de-obra local desaparece, devido ao fato de que a pecuária extensiva absorve pouquíssima mão-de-obra por unidade de área. Um vaqueiro pode cuidar de 500 a 1.000 cabeças, que ocupam até 1.000 ha, sem contar uma área igual de reserva florestal exigida por lei.

Colonos de Capitão Poço ou membros de suas famílias também fornecem mão-de-obra para outro tipo de capital agrário, o multinacional. Trabalhadores para serviços de desmatamento foram recrutados para o Projeto Jari e levados a Monte Dourado. Num dos povoados, uma árvore "gmelina" trazida como lembrança é testemunha dessa migração temporária a serviço do capital agrário multinacional.

Finalmente, os colonos de Capitão Poço são a fonte principal de mão-de-obra para os pimentais locais, empreendimentos que usam grandes quantidades de trabalho, aproximadamente na mesma proporção das fazendas de café. Em meados da década, os pimentais estavam se proliferando no município,

em busca de terras não-afetadas pelo fusário que atacou Tomé-Açu. Na fase de implantação, a colocação de estacas requer muito trabalho, e a safra gera um pico de demanda de trabalho sazonal. Este trabalho, que começa próximo ao fim da colheita da malva, encaixa-se perfeitamente no ciclo agrícola local.

Contudo, não se devem negligenciar os diversos pontos de incompatibilidade ou conflito entre a colonização e o capital agrário no caso estudado. O ponto principal diz respeito à terra, que é especialmente relevante, quando se trata das fazendas. A aglomeração de lotes suficientes para formar uma propriedade grande sempre custa muito tempo e esforço em áreas de colonização e os novos empreendimentos tendem a se instalar em áreas virgens. Quando as áreas ocupadas não são tão virgens assim, existe potencial de conflitos graves, resultando em violência e mortes, como está se tornando lugar comum na Amazônia⁴².

Além da quantidade de terra, há certa incompatibilidade também quanto à qualidade. Devido à erosão e perda de fertilidade decorrentes do desmatamento e uso agrícola, existe, atualmente, uma preferência por transformar a floresta diretamente em pastagem. Esta tendência, a qual implica na busca constante de terras de mata, pode estender-se, na medida em que os custos de fertilizantes aumentam e os subsídios oficiais se retiram.

7 – Considerações Finais

Nossa investigação da colonização de uma área amazônica por migrantes nordestinos indica que as imagens da pequena produção agrícola na Amazônia como “inviável”, “improdutiva”, “de subsistência” ou “predatória”, ou de que a colonização implica necessariamente em grandes despesas, representam, no mínimo, apreciações apressadas. Muitas delas são generalizações feitas a partir de casos isolados que não passam de situações específicas ou peculiares, sejam de “fracasso” ou de “êxito”. O caso relativamente bem sucedido de Capitão Poço aponta, contudo, algumas linhas de atuação ou de pesquisa dentro das quais pode ser possível vislumbrar, de forma mais clara, diferentes alternativas para a pequena produção agrícola na Amazônia.

Em primeiro lugar, torna-se evidente que a agricultura familiar em pequenas propriedades ou posses, além de produzir boa parte de sua própria subsistência, pode, em condições propícias, produzir também para o mercado. O produto comercializado pode, inclusive, ser alimento ou matéria-prima não-consumidos pelo produtor. Os migrantes nordestinos na área estudada de-

monstram grande dedicação à produção mercantil, sendo que alguns deles produzem mais para o mercado do que para o próprio consumo, sem, entretanto, transformarem-se em pequenas empresas baseadas em mão-de-obra assalariada e em capitalização do empreendimento.

Essa “vocação” mercantil, quando conjugada com terras novas, não foi condição suficiente para o florescimento da produção camponesa mercantil. Ela só se desenvolveu porque havia, também, um mercado consumidor em expansão, ao qual os produtores tiveram acesso. Tal acesso ao mercado parece ser um dos pontos mais fundamentais na determinação do sucesso ou não da colonização.

Outro ponto fundamental é o acesso à terra. Observamos no caso estudado que o Estado foi responsável pela distribuição de lotes, praticamente gratuitos, àqueles que efetivamente os exploravam. A possibilidade de adquirir terra não só atraiu milhares de famílias, como também estimulou a produção agrícola e a instalação de benfeitorias, uma vez que os produtores teriam maior segurança e participação nos frutos de seu trabalho. É provável que a produção a médio e longo prazo teria sido maior se os lotes fossem maiores do que 25 ha, tendo em vista que a agricultura de roçados depende de certa rotação de terras, o que implica em extensões pelo menos duas ou três vezes esse tamanho.

Apesar de terem propriedade ou ao menos posse efetiva da terra, os colonos acabaram perdendo boa parte do produto de seu trabalho para os comerciantes, intermediários e industriais que detinham o controle dos meios de transporte e beneficiamento, assim como do crédito. A propriedade da terra não eliminou a exploração pelo capital, que assumiu novas formas de dominação. Em condições de esgotamento rápido do solo, sazonalidade acentuada da demanda de mão-de-obra e altos riscos de clima e mercado, pode até mesmo ser mais conveniente ao capital não deter propriedade da terra, ficando apenas com o controle de outros elementos cruciais no processo de produção como um todo.

A exploração comercial à qual o colono é submetido, em combinação com limites ao tamanho do lote, explica o caráter “predatório” da pequena agricultura do tipo estudado. Se por um lado o colono não pode deixar a terra “descansar” pelo período necessário, de sete a oito anos, por outro, não pode adotar tecnologia mais avançada (fertilizantes, corretivos, defensivos, etc.) ou culturas perenes, na medida em que estes implicam em investimentos monetários. A única alternativa realista que lhe resta é esgotar a fertilidade natural

do solo, ou então abandonar sua exploração agrícola, migrando para outro lugar ou empregando-se em outros empreendimentos. A propriedade de um lote que não permita rotação de terras não lhe oferece garantias a longo prazo.

A não-modernização por parte do produtor camponês não significa que ele está preso às culturas tradicionais, não se abrindo a inovações, como bem demonstra o caso da malva em Capitão Poço. A adoção desta cultura foi rápida e de profundo alcance. Observamos que a produção de malva não implica em investimentos elevados e que a facilidade de plantar e cultivar a malva, que se colhe no mesmo ano, ou de simplesmente colher a malva seminativa, implica em períodos de espera curtos e riscos mínimos. Estas características devem ser levadas em consideração pelos técnicos que procuram introduzir novas culturas e tecnologias na região.

A esse respeito, chamamos a atenção para o papel da produção extrativa no assentamento e sustentação de colonos na Amazônia. Tal produção pode ser doméstica, como no caso da caça, pesca, e coleta de frutas e outros produtos vegetais consumidos pelo próprio coletor; ou comercial, como no caso de breu, cipó titica, etc. Também pode representar uma combinação, como o consumo de carne de caça e venda de peles. Esta produção extrativa em pequena escala, que normalmente é mais fácil nos primeiros anos de ocupação, complementa a produção agrícola incipiente e ajuda o produtor a se estabelecer. Em alguns casos, como seria o caso da castanha, babaçu, borracha ou piaçava em outras regiões, ela pode manter-se indefinidamente. Portanto, a produção extrativa merece maior atenção nos planos e programas de colonização e desenvolvimento agrícola, em vez de ser considerada passageira, atrasada ou irracional.

A diversidade de produtos também é importante na produção agrícola, por vários motivos. Em primeiro lugar, o colono não tem muita margem de segurança em termos de poupança ou reservas para observar crises decorrentes de pragas, doenças, clima, mercado ou falta de escoamento para determinado produto. Ele precisa distribuir o tempo de trabalho disponível dentro da família durante o ano todo, de acordo com os ciclos de culturas diferentes. Também precisa aproveitar da maneira mais eficiente possível a fertilidade natural do solo através da policultura, seja ela simultânea, misturando culturas no mesmo espaço, seja em seqüência, plantando mandioca ou uma cultura de ciclo maior nas terras cansadas. Finalmente, precisa produzir uma variedade de alimentos para sua família, dada sua renda baixa e os riscos da agricultura comercial.

Tendo em vista esse conjunto de necessidades ou requisitos para maior viabilidade e estabilidade da colonização, compreende-se que sua localização no espaço é extremamente relevante. Acesso ao mercado é ponto fundamental. Na medida em que o transporte terrestre torna-se cada vez mais caro, devido aos aumentos de preço dos combustíveis e do asfalto, a proximidade ao mercado ganha maior relevância. Ao mesmo tempo, o transporte fluvial apresenta-se, novamente, como alternativa importante. Considerando-se as dificuldades do pequeno produtor em adotar tecnologias com altos custos monetários ou em plantar culturas de ciclo longo, a identificação de áreas de solo fértil e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas tornam-se impositivos. A relativa escassez de solos férteis na terra firme e a elevada fertilidade dos solos de várzea na Amazônia apontam a necessidade de se procurarem formas de aproveitamento das margens dos rios, onde o transporte também é facilitado.

Quanto às relações entre a pequena produção e o capital urbano-industrial ou agrário, a situação é bastante complexa. Parece-nos que num primeiro momento, as formas capitalistas e pré-capitalistas se complementam, quando não há possibilidade de o capital dominar todos os ramos e setores da economia. Nesta situação, a pequena produção mercantil coloca no mercado os alimentos e as matérias-primas necessários à economia capitalista, a preços relativamente baixos. Também absorve população excedente dessa economia. Num segundo momento, porém, as relações de complementaridade transformam-se em relações de antagonismo, na medida em que as contradições do desenvolvimento capitalista se manifestam. Quando o capitalismo expande-se ao ponto de tomar para si a terra e o trabalho antes deixados fora de sua órbita direta, ele entra em choque com a expansão anterior do “pré-capitalismo” — camponeses de subsistência, o sistema de “aviamento”, campesinato mercantil, posseiros, etc. No caso dos colonos aqui estudado, os fazendeiros e os donos de pimental que seguem a frente camponesa incorporam e aproveitam a terra, a infra-estrutura e a mão-de-obra que nela encontram. Os projetos agropecuários instalados em terras menos ocupadas chocam-se com a frente camponesa. O capital industrial, neste caso, das indústrias de aniagem, começa a procurar a dominação direta da produção, em vez de apenas comprar o produto camponês. O momento em que o capital entra em conflito direto com a colônia varia de um ramo ou área para outro e parece ser determinado principalmente pelo nível de desenvolvimento da economia como um todo, isto é, a disponibilidade de recursos para investimento. Esta disponibilidade, porém, não é simplesmente um fato econômico, visto que as políticas (de desenvolvimento, controle da inflação, incentivos fiscais, etc.) têm forte influência no direcionamento dos fluxos de capital. A atuação ou não das classes sociais no

sentido de definir e defender seus interesses também é fator importante na determinação dos rumos da ocupação e desocupação das áreas de fronteira.

Não cabe aqui uma discussão mais detalhada destas questões. Objetiva-se tão-somente, no momento, chamar a atenção para alguns pontos que nem sempre são considerados nas discussões sobre colonização e expansão de fronteiras na Amazônia, e para a importância de se conhecer melhor a diversidade da experiência já existente, tanto da colonização "espontânea" e da agricultura tradicional da Amazônia quanto dos projetos de colonização dirigida oficial e particular. O sucesso ou não das novas políticas de ocupação da Amazônia dependerá em grande medida do esforço de superar os preconceitos correntes e as generalizações apressadas e de analisar cuidadosa e realisticamente as condições que influem na absorção produtiva de migrantes em áreas de fronteira agrícola. O caso aqui estudado sugere que os fatores mais importantes são acesso à terra, mercado e transporte e que incentivos especiais, assistência técnica e infra-estrutura social não são elementos necessários, ao menos de imediato. Sugere também que a colonização pode ocorrer sem grandes despesas por parte do governo. Há que se pensar, portanto, em alternativas de aplicar os recursos oficiais disponíveis na consolidação de processos de ocupação espontânea, especialmente quando esta pode contribuir para abastecimento local e regional, em vez de se projetarem colonizações em áreas remotas, onde os projetos podem inclusive desencadear novos fluxos de migrantes que não encontrarão as condições necessárias à sua sobrevivência e fixação.

- 1 Este artigo baseia-se na tese de doutoramento do autor, *Peasants and Capitalism on an Amazon Frontier*, apresentada à Universidade de Harvard em abril de 1979. A pesquisa original foi financiada pelo programa de população da Fundação Ford e recebeu apoio da National Science Foundation, Universidade de Harvard, Tropical South American Program da Universidade da Flórida, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPa e CEDEPLAR/UFMG. No entanto, as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor. Haydn Coutinho Pimenta colaborou na revisão. A fundamentação teórica e análise detalhada encontram-se na tese original. Apresenta-se aqui apenas uma breve apreciação de um processo de colonização pouco conhecido que pode ser considerado relevante para a definição de políticas de ocupação da Amazônia.
- 2 Alguns desses problemas são discutidos em HÉBETTE, Jean e ACEVEDO MARIN, Rosa E. Colonização espontânea, política agrária e grupos sociais, e CARVALHO, José Alberto M. de, MOREIRA, Morvan de M. e VALE, M. do Carmo Fonseca do. Migrações internas na Amazônia, ambos in: COSTA, José M.M. da. *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979.
- 3 WOOD, Charles e SCHMINK, Marianne. Blaming the victim: small farmer production in an Amazon colonization project. *Studies in Third World Societies*, (7) : 77 - 93, abr. 1979.
- 4 A periodização é aproximada e não implica em descontinuidade; as respectivas formas sobrevivem e combinam-se, dando à região sua heterogeneidade estrutural. Para maiores detalhes, vide SAWYER, op. cit.
- 5 Vide MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. In: *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira, 1975, pp. 43-50.
- 6 Vide, por exemplo, VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- 7 Esta discussão baseia-se em comentários originalmente feitos pelo autor no Seminário sobre Políticas de Ocupação de Fronteiras Agrícolas, organizado pela ANPEC e realizado em Belém em agosto de 1978. Por camponês, entende-se agricultura familiar em que a família tem posse, não necessariamente propriedade, da terra e dos instrumentos de cultivo, os quais são manuais ou de tração animal, e produz algum excedente. Dentro desses limites, pode haver variação de formas específicas de produção, desde produção destinada principalmente à auto-suficiência até produção destinada principalmente ao mercado, isto é, mercantil. Vide discussão em SAWYER, op. cit., cap. 2.
- 8 A Bragantina inclui, de acordo com a divisão em microrregiões do IBGE 18 municípios, que se estendem numa faixa ao leste de Belém. A Guajarina consiste, de acordo com esta definição recente, em seis municípios ao sul da Bragantina.
- 9 "Colonização" é entendida aqui no sentido amplo de ocupação de terras por unidades familiares, dirigida ou não.

- 10 Sobre colonização da Bragantina, vide CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém, INPA, 1958; EGLER, Eugênia Gonçalves. A Zona Bragantina do Estado do Pará. *Revista Brasileira de Geografia* 23 (3) : 527-555, julho/agosto 1961; PENTEADO, Antônio Rocha. Problemas de colonização e uso da terra na Região Bragantina do Estado do Pará. Belém, Universidade Federal do Pará, 1967; ANDERSON, Robin A. *Following curupira: colonization and migration in Pará, 1758-1930 as a study in settlement of the humid tropics*. Tese de Ph.D., University of California, Davis, 1976. Novos estudos estão sendo realizados por Jean Hébert e Rosa E. Acevedo Marin no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPa.
- 11 PENTEADO, op. cit., p. 118; EGLER, op. cit., p. 539; ANDERSON, op. cit., p. 219.
- 12 A consolidação e os problemas do campesinato da Bragantina são discutidos em SAWYER, op. cit., pp. 86-101.
- 13 Vide relação de indústrias em BANCO DA AMAZÔNIA, S.A., *Amazônia – perfis industriais*. Belém, BASA, 1971.
- 14 Censo demográfico de 1960
- 15 De acordo com cálculos baseados em dados da Fundação Getúlio Vargas, em 1967 a microrregião de Belém recebia 31,6% da renda da Região Norte, o que corresponde a uma renda “per capita” 88% acima da média regional. Estudos da despesa doméstica mostram que na média 57,6% dessa renda gastava-se em alimentação. GEIPOT. *Plano integrado de transportes da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1973, vol. II, pp. 145-6.
- 16 Vide FERREIRA, Adecilda G. e PINTO, Marco Antônio R. *Culturas da juta e da malva na Amazônia*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1978.
- 17 Entrevista com Benedicto Monteiro, 1975.
- 18 ARRUDA, Hélio Palma de. *Colonização oficial e particular*. Brasília, INCRA, 1978, p. 25.
- 19 Sinopse preliminar do censo demográfico 1970.
- 20 VALVERDE, Orlando e DIAS, Catharina Vergolino. *A rodovia Belém – Brasília: estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro, IBGE, 1967, pp. 114-5.
- 21 Em primeiro lugar, os dados de censo não indicam o município de origem, seja de nascimento ou de residência anterior, mas apenas o Estado, de forma que migrantes contados na coluna “Pará” podem não proceder da Bragantina ou do Salgado e podem, até mesmo, proceder de municípios vizinhos na própria Guajará. Em segundo lugar, muitos indivíduos podiam ter sido classificados como migrantes intra-estaduais simplesmente por causa de mudanças na divisão territorial e nos nomes dos municípios. Por exemplo, um natural da área de Capitão Poço ou de Paragominas que nasceu antes da criação do município (1962) e declarou que nasceu em Ourém, São Domingos, Viseu ou Irituia, os municípios antigos, seria classificado como migrante de outros municípios do Pará mesmo sem ter mudado de lugar em que nasceu. Finalmente,

“residência anterior” é uma categoria muito relativa que não distingue entre os lugares de residência por prazos maiores e os que constituíam apenas etapas temporárias num movimento migratório de percurso maior. A categoria também abrange muitos filhos nascidos “em trânsito”.

- 22 Cf. VELHO, op. cit.; CEDEPLAR, *Migrações internas na Região Norte: estudo de campo da região de Marabá*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/SUDAM, 1977; IANNI, Octávio, *A luta pela terra*. Petrópolis, Vozes 1978, entre outros.
- 23 As principais fontes para este resumo histórico são: PINHEIRO, Cônego Andrade. Município de Ourém: a villa – o rio – navegação – as tribos do alto Guamá – futuro promissor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*, 2 : 223-8, out. 1918; MUNIZ, João da Palma. Município de Ourém. *Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará*, 9 : 601-11, 1916; REIS, Arthur César Ferreira. Guia histórico dos municípios do Pará. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 11 : 233-322; diversos relatórios de presidentes de província.
- 24 Um pequeno forte construído em 1727 serviu como ponto de apoio ao serviço de “correio” que ligou as duas partes do Estado do Maranhão e Grão-Pará, seguindo o Guamá, rio acima. Em 1753, como parte da política pombalina de “europeização” da Amazônia, o povoado que surgiu ao redor do forte foi oficialmente reconhecido como freguesia, com a designação da cidade portuguesa de Ourém. Em 1833, a vila tinha 1.881 habitantes, com agricultura baseada em algodão, café, fumo, cana e arroz. Também produzia açúcar, mel de cana e cachaça.
- 25 Sobre a diminuição da produção agrícola, vide BARATA, Manoel de Mello Cardoso. *Formação histórica do Pará: obras reunidas*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1973, p. 300-30; VERÍSSIMO, José, *Estudos amazônicos*. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970, p. 109; REIS, Arthur César Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1953, pp. 106-8.
- 26 RAHAN, Henrique de Beaurepaire, *Relatório...*, 1856, Anexo 4; Censo demográfico de 1872.
- 27 BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa...*, 1863, p. 73; VERÍSSIMO, op. cit., p. 189.
- 28 PINHEIRO, op. cit., p. 225.
- 29 A cifra não deve ser tomada como indicação de que se importava farinha de mandioca de outros municípios, tendo em vista que a subenumeração de um produto de subsistência é provável em condições de comunicação difícil.
- 30 *Recenseamento do Brasil, Agricultura, 1920*, pp. 66-7, 133; dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística, Pará.
- 31 O igarapé onde a família Coutinho abriu seus roçados já se conhecia como Capitão Poço. Encontramos diversas explicações pitorescas deste nome, entre histórias sobre piratas, exploradores italianos e caciques indígenas, porém, nenhuma delas digna de

muita credibilidade. Os colonos cearenses procuraram mudar o nome para Vila Santo Antônio Maria Zaccaria, e até mesmo criaram uma multa para aqueles que usassem o nome Capitão Poço, mas o nome antigo ficou.

32 MARTINS, op. cit.

33 Informação do Monsenhor Miguel M. Giambelli, que na época celebrou a missa.

34 PRODECO. Projeto de Desenvolvimento do Cooperativismo no Pará. Belém, 1970, p. 30.

35 Departamento Estadual de Estatística, Pará. Produção agrícola extrativa. Belém, D.E. E. – I.B.E., 1969.

36 Vide a respeito BOSERUP, Ester. *The conditions of agricultural growth: the economics of agrarian change under population pressure*. Chicago, Aldine, 1965.

37 Sobre a fronteira “vazia” (“hollow frontier” em inglês) vide JAMES, Preston E. *Latin America*. New York, Odyssey Press, 1942, pp. 5-6.

38 O levantamento FAMIG, realizado em julho e agosto de 1975, cobriu uma amostra representativa da população rural do município de Capitão Poço, constituída de 290 grupos domésticos em 15 localidades, o que corresponde a aproximadamente 7,5% do universo. Foram aplicados formulários sócio-econômicos, com itens sobre migração, produção, economia doméstica, filhos, religião e casa, bem como formulários de história de vida para registrar história migratória, ocupacional e reprodutiva. Maiores detalhes sobre o levantamento encontram-se em SAWYER, op. cit., e outros relatórios e trabalhos ali citados.

39 Sobre o aviamento na Amazônia, vide SANTOS, Roberto A. de Oliveira. O equilíbrio da firma “aviadora” e a significação econômico-institucional do aviamento. In *Pará – Desenvolvimento*, 3 : 9-30, jun 1968; MIYAZAKI, Nobue e ONO, Morio. O aviamento na Amazônia, In: *Sociologia*, São Paulo, 20 (3 e 4) : 366-96 e 530-59.

40 Vide SAWYER, op. cit.; e IFIBRAM. *Sistema juta/malva*. Belém, Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia, 1977.

41 Sobre este ponto, vide o trabalho recente de SOUZA, Paulo Renato de. *Duas funções de pequena produção mercantil*. Trabalho apresentado em Campinas em abril de 1979.

42 CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Pastoral da Terra*. São Paulo, Edições Paulinas, 1977.

Abstract: The article analyses under a historical perspective, a form of colonization initiated by small producers in the zone of Bragantina, Pará. It was chosen the District of Capitão Poço as the area of the research because in this zone the antagonistic and complementary relationships between the capitalism expansion and the "expansion of pre-capitalism" became more evident. It is analysed some aspects of agricultural production and the Government's role in the distribution of land among the farmers. The success of the colonization of Capitão Poço, did not require great amount of public funds and contradict some arguments against the small rural producer such as: they do not produce to the market, they do not innovate their production methods and that small farmers are predatory from the point of view of the ecological system. The article suggests some new politics and research under which new alternatives would be feasible to improve the small rural production in the Amazon Region.